



PCP-PEV

Programa Eleitoral 2025

Introdução

A Coligação Democrática Unitária apresenta-se às eleições autárquicas no Concelho de Aveiro, no ano de 2025, com o seu projeto político autárquico próprio, propondo à população, uma mudança de rumo que inverta o trajeto seguido pelas políticas camarárias das sucessivas maiorias de direita nos órgãos municipais e de freguesia.

A força da CDU reside fundamentalmente no trabalho coletivo, no seu projeto próprio e nas suas propostas. Um projeto nacional com realizações concretas em inúmeras localidades do nosso país e que decorrem de uma matriz comum assente em valores que importa salientar:

- Uma gestão democrática e participada orientada para o desenvolvimento e para a melhoria da qualidade de vida das populações;
- Uma defesa intransigente do carácter público dos serviços prestados às populações, e a dignificação dos trabalhadores das autarquias locais;
- Um combate contra as políticas de direita que procuram, há décadas, desvirtuar o poder local democrático nascido no 25 de Abril.

A CDU faz da participação e do empenhamento das populações uma das várias marcas distintivas em relação à presente realidade política. Assim, os conteúdos programáticos aqui presentes serão reflexo da auscultação, intervenção e participação em variados meios e nas diversas realidades que compõem a sociedade aveirense.

No caso particular do concelho de Aveiro, a CDU apresenta-se novamente com a confiança e a certeza de constituir uma alternativa válida e necessária para travar décadas de declínio e abandono. Com efeito, décadas de políticas erradas e ruinosas, levadas a cabo por PSD, CDS e PS, coligados ou em alternâncias, resultaram numa pesada herança. A Câmara Municipal de Aveiro mantém uma dívida relevante, fruto de décadas de irresponsabilidade política na gestão do património e das finanças municipais, com projeção no presente e futuro. Mantemos hoje uma câmara à deriva, que foi abdicando ao longo das últimas décadas das suas principais competências, privatizando serviços, na maior parte dos casos de forma ruinoso, desde os resíduos sólidos urbanos à água, do saneamento aos transportes.

O Município de Aveiro apresenta graves problemas estruturais, por falta de um modelo de desenvolvimento que potencie os recursos endógenos e a sua localização estratégica, sobrevalorizando-se a indústria do Turismo. Finalmente, temos um concelho dual, onde convivem freguesias urbanas que concentram o pouco investimento existente, e freguesias periurbanas, ou rurais, que permanecem subdesenvolvidas, com uma rede viária decrépita, sem passeios, que se estende numa malha desordenada e carente de equipamentos básicos.

Em coerência com o seu vasto património de intervenção desenvolvido ao longo dos últimos mandatos autárquicos, a CDU manifesta-se pronta para assumir todas as responsabilidades que os aveirenses entendam através do voto. Para isto, propõe um projeto alternativo de desenvolvimento assente na valorização de três recursos que julgamos serem fundamentais: as pessoas, as atividades económicas e o território, visando a coesão social, económica e territorial.

O Programa que se apresenta, não pretende prever todas as situações e desafios que se podem colocar no futuro a uma gestão autárquica de esquerda em Aveiro, mas apresenta diversas pequenas e grandes propostas que têm como objetivo central a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das populações do Concelho, o motivo da CDU e desta candidatura.

1. Colocar a Autarquia ao Serviço dos Municípios

O poder local democrático, conquista maior da revolução de Abril, representa o patamar de poder mais próximo das populações. Ao longo das últimas décadas, fruto de políticas de direita, erradas, de cariz neoliberal, e com o contributo ativo de muitos autarcas, o papel das autarquias foi profundamente desvirtuado, pretendendo-se transformar as Câmaras Municipais em atores de desenvolvimento económico ao serviço da economia privada. Desta forma, vemos câmaras municipais em lutas fratricidas, impotentes e subservientes perante os grandes interesses privados, procurando oferecer-lhes as melhores condições para atrair investimentos, ao arrepio dos interesses dos municípios e populações.

A CDU não nega a importância do poder local como elemento fundamental na prossecução de estratégias de desenvolvimento local e regional. O que não podemos aceitar é que se relegue para segundo plano os interesses das populações, em favor dos interesses dos grandes grupos económicos, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

Neste sentido, a CDU defende uma Câmara Municipal que defenda de forma intransigente a população de Aveiro, seja perante os abusos do poder central, seja perante a crescente arrogância dos interesses privados que tendem a minar os interesses das autarquias e, particularmente, da Câmara Municipal de Aveiro. A CDU propõe, para o Concelho, uma verdadeira estratégia de desenvolvimento local, centrada na qualidade de vida da sua população e nas suas legítimas aspirações, devidamente enquadrada numa gestão participada, democrática e transparente. Nesta estratégia, cabem, naturalmente, as atividades de carácter privado, numa lógica de complementaridade e com uma clara demarcação dos serviços públicos fundamentais prestados à população, designadamente no que toca à água, saneamento, higiene urbana, educação e transportes públicos, que devem ser tarefa assumida cabalmente pela autarquia.

Em particular pretendemos:

- I. Melhorar o funcionamento dos órgãos autárquicos
 - a. Câmara Municipal
 - Atendimento regular aos munícipes, pelo Presidente e vereadores, nos Paços do Concelho ou nas Juntas de Freguesia;
 - Cumprimento efetivo do Estatuto da Oposição;
 - Realizar as reuniões do executivo municipal em horário pós-laboral;
 - Reconhecimento e valorização do papel da Assembleia Municipal;
 - Adoção de uma gestão de proximidade, sem interferências nas competências das freguesias;
 - Rejeitar e combater qualquer estilo presidencialista de poder;
 - b. Assembleia Municipal
 - Promoção da autonomia e iniciativa própria da AM;

- Promoção de debates públicos sobre questões de fundo de interesse geral;
 - Reuniões regulares nas freguesias;
 - Cumprimento do Princípio da equidade entre Deputados;
 - Valorização e dignificação da Intervenção do público nas reuniões;
 - Acompanhamento efetivo da sua participação em instituições onde está representada;
- c. Juntas e Assembleias de Freguesia
- Descentralização nas Juntas de Freguesia, por mútuo acordo, do máximo de competências e correspondentes meios financeiros;
 - Reserva de um mínimo de 20% das despesas de investimento para projetos a definir pelo colégio dos presidentes de junta de freguesia;
 - Adoção de uma gestão de proximidade;
 - Defender a restituição das freguesias extintas;
- II. Fomentar a participação das populações
- Maior divulgação da atividade e das iniciativas dos órgãos municipais;
 - Encarar os períodos de inquérito público de planos e regulamentos como forma de participação ativa dos munícipes;
 - Estimular a participação e a intervenção do público nas reuniões dos órgãos municipais;
 - Zelar pelo cumprimento dos princípios e normas, estabelecidas na Lei, relativamente aos direitos dos cidadãos, tais como o direito à informação e à participação na formação das decisões dos órgãos municipais (regulamentos, planos de atividade e orçamentos e direito de petição);
 - Criar espaço para a dinamização e intervenção de estruturas de participação tais como organizações de moradores e de condóminos;
 - Criar um Gabinete de Apoio ao Munícipe que o informe e apoie no exercício dos seus direitos;
 - Promover o funcionamento regular e dar conteúdo efetivo às estruturas de participação "oficiais": Gabinete de Cidade, Comissão de Património, Conselho Municipal de Segurança, Conselho Local de Educação.
 - Reformular o Regulamento do Orçamento Participativo, tornando-o mais participativo, transparente, acessível e democrático;

2. Finanças Municipais

A situação financeira da Câmara Municipal de Aveiro mantém-se grave e sobejamente conhecida pelas piores razões. Resulta de um conjunto de opções políticas profundamente erradas que devem ser assacadas aos partidos políticos que geriram a Câmara Municipal nas últimas décadas: PS, PSD e CDS. Gastos astronómicos, de rentabilidade duvidosa e sem o devido suporte financeiro, entrega a privado e em condições lesivas para o município, de serviços públicos fundamentais que representavam receitas fundamentais para o orçamento municipal, negócios ruinosos, alguns deles com contornos

nebulosos, tais são os elementos centrais que colocaram hoje Aveiro com um dos municípios mais endividados do país. Não estando em condições de avançar com qualquer receita miraculosa, a CDU elege a questão das finanças municipais como uma das suas linhas prioritárias, comprometendo-se, designadamente, a

- Reanalisar o processo de recuperação financeira e o correspondente empréstimo, tendo em vista reduzir o encargo existente;
- Tomar medidas de efetiva contenção das despesas correntes, com valorização dos recursos próprios do município, em detrimento do recurso sistemático ao fornecimento de serviços externos;
- Ponderar a reorganização de serviços em situação comprovada de desajustamento face às novas atribuições e competências municipais;
- Definir quais os investimentos prioritários, hierarquizando-os, e programando os encargos com cada um deles, dentro dos recursos financeiros disponíveis. Isto, anulando o sobredimensionamento dos planos de atividades municipais;
- Alterar as taxas e impostos municipais que constituam obstáculo ao desenvolvimento adequado das atividades económicas e à fixação de empresas, bem como as que não assentem em critérios de justiça e equidade;
- Recusar a aplicação dos valores máximos do Imposto Municipal sobre Imóveis (excepto para prédios comprovadamente devolutos há mais de dois anos), procurar incentivar a reabilitação urbana com a criação de novas áreas de reabilitação urbana, usando os instrumentos previstos da lei em sede de IMI;
- Pôr termo a projetos camarários que comportem gastos sem qualquer interesse público razoável;

3. Organização Municipal

A CDU propõe-se contribuir, em conjunto com os trabalhadores da autarquia, para a melhoria global dos serviços prestados pela Câmara Municipal de Aveiro. Atabalhoadamente, vários executivos municipais (tanto do PS como do PSD e CDS) foram entregando serviços a empresas privadas, sem qualquer sinal de preocupação em rentabilizar as estruturas de pessoal remanescentes. A CDU tudo fará para reverter estes processos de outsourcing, externalização e de privatização, como, aliás, oportunamente denunciou. Até lá, a CDU entende que há muitas formas de rentabilizar o atual quadro de pessoal, em claro benefício das populações. De facto, no último mandato foram conhecidas e notórias diversas práticas, declarações, e denúncias sobre situações de intimidação dentro do quadro de pessoal. Neste sentido, a CDU avança com um conjunto de propostas a vários níveis:

I. Recursos Humanos

- a. Investir na melhoria do ambiente interno, com a possibilidade de os trabalhadores da autarquia terem uma palavra interventiva na resolução dos problemas do Concelho;
- b. Apostar na formação profissional;
- c. Dar conteúdo concreto às normas do Regulamento Orgânico, nomeadamente:

- A gestão integrada e interdisciplinar dos serviços municipais, assente na responsabilização, formação e qualificação profissional dos agentes municipais;
 - A desburocratização dos circuitos administrativos, por forma a tornar céleres as decisões e deliberações dos órgãos municipais, com vista a elevar a capacidade de resposta às necessidades e aspirações da população;
 - A criação de um sistema de informação interno, capaz de promover uma comunicação, rápida e rigorosa, aos vários níveis administrativos, contribuindo para uma maior adequação das decisões;
 - O recurso a critérios na distribuição de tarefas e responsabilidade assentes no mérito e na competência técnica e profissional, e não no compadrio político.
- d. Criar condições para a existência e atividade dinâmica de estruturas representativas dos trabalhadores da autarquia, com condições para participar na discussão, com os eleitos, de assuntos tais como condições de trabalho, organização dos serviços, etc.
 - e. Proceder processos de recrutamento com vista ao rejuvenescimento dos seus recursos humanos;
 - f. Valorização geral dos salários;
 - g. Alargar o âmbito da atribuição do suplemento de insalubridade e penosidade;
 - h. identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido;
 - i. A revogação do actual sistema de avaliação (SIADAP), trabalhando para a implementação de um sistema sem quotas, mais justo, transparente e que valorize os trabalhadores, profissional e remuneratoriamente;
 - j. Atribuir dia de descanso aos trabalhadores da autarquia, no dia do respetivo aniversário;

II. Comunicação

- a. Elaborar um Plano Estratégico de Comunicação do Município, que abranja as diferentes áreas da comunicação, interna e externa, contemple todos os suportes possíveis, designadamente os baseados nas Tecnologias da Informação e Comunicação;
- b. Promover uma estrutura municipal que desenvolva a interação entre informação e informática;
- c. Criar novo sitio na internet da autarquia, mais eficaz e prático;

4. Em defesa de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento ao serviço das populações

A CDU defende, para o Concelho e para o País, uma rutura com as políticas que desvirtuam as verdadeiras competências das Autarquias, que devem estar ao serviço de estratégias de desenvolvimento locais e regionais e ao serviço das populações.

- I. Planeamento e políticas de solos

- O concelho de Aveiro carece de boas políticas urbanas que assegurem um bom ordenamento do território. O atual PDM não corresponde às necessidades de um desenvolvimento harmonioso e sustentável, antes se submete a interesses económicos sobre o território, assim consideramos:
 - a. Manter o Plano Estratégico como referência central na definição das políticas municipais, promovendo a respetiva atualização;
 - b. Garantir que a revisão do PDM, bem como todo o Planeamento Municipal tenham como objetivos:
 - Impedir a apropriação do Concelho por interesses privados, designadamente económicos;
 - Definição de índices urbanísticos realistas que estruturam corretamente toda a malha urbana;
 - Valorização do espaço público como sendo elemento fundamental na criação de sinergias e ambiência urbana;
 - A preservação das zonas históricas com uma forte aposta na reabilitação urbana, através da criação de novas áreas de reabilitação urbana com os incentivos fiscais previstos na legislação;
 - A reserva de espaços públicos qualificados para equipamentos coletivos, para a fruição da cultura, do desporto, dos tempos livres e da natureza;
 - O desenvolvimento sustentado de todo o Concelho, sem exclusão das freguesias rurais, assumindo a estrutura policêntrica concelhia, reforçando as respetivas centralidades e elementos estruturantes;
 - Reforçar os centros urbanos, contrariando a sua desertificação e degradação, impedindo a centrifugação de equipamentos educativos ou outros, e procurando dinamizar as várias economias urbanas ligadas aos serviços e à cultura;
 - Criação de zonas industriais devidamente equipadas e procurar contrariar a atual pulverização de unidades fabris espalhadas de forma aleatória por todo o concelho;
 - Identificação e salvaguarda de bolsas de terrenos fundamentais para que a CMA consiga aplicar uma maior equidade e justiça, assegurando a correta localização de todos os equipamentos e serviços fundamentais ao desenvolvimento de todo o concelho;
 - A aplicação das leis, diretivas e recomendações técnicas que visam assegurar a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida a todos os edifícios, aos estabelecimentos que recebem público, aos transportes e à via pública;
 - Uma nova política de mobilidade, privilegiando os modos suaves e os transportes públicos, reforçando as lógicas multimodais que impedem o pleno aproveitamento dos grandes eixos rodovias e ferroviários que ligam o concelho ao exterior;

- Criação de uma verdadeira rede ecológica, estruturante e coerente, que potencie a criação de percursos pedonais e cicláveis devidamente articulados com a malha urbana;
 - Criação de instrumentos que permitam uma ampla participação das populações, seja no processo de revisão do PDM, seja na sua execução;
 - Requalificar os parques de estacionamento públicos como o existente junto ao Hospital;
 - Estabelecer medidas que harmonizem o desenvolvimento turístico e vida da população no Concelho;
 - Requalificar o Bairro da Beira-Mar;
 - Dotar o Parque do Canal de São Roque de espaços verdes;
 - Requalificar o Largo do Adro (Vera-Cruz);
 - Requalificar o Largo da Apresentação (à Igreja da Vera-Cruz);
- c. Desenvolver, de forma aberta e participada, os processos de definição de políticas municipais, que se traduzam na elaboração de Planos, nalguns casos já previstos (Plano Municipal de Emergência), ou que propomos neste Programa (Plano Estratégico de Comunicação, Plano Municipal de Cultura);
- II. O Município no quadro de uma política regional
- Nenhum município está isolado. Por outro lado, vários investimentos estruturantes interagem com municípios vizinhos e outros inserem-se no quadro de políticas de âmbito nacional. Nestes sentidos a CMA deve manter um diálogo e intervenção firme e permanente dos órgãos municipais junto do Poder Central – que em nenhum caso deve ser subserviente – visando uma efetiva política de investimento público na nossa região, que dinamize e crie atividades económicas e resolva carências.
 - São exemplos para esta necessária intervenção:
 - O Plano do Baixo Vouga lagunar;
 - A ligação sul à A1;
 - A Rede Escolar;
 - As Infra-estruturas desportivas;
 - A Habitação Social;
 - A recuperação, valorização e defesa da Ria, nomeadamente através da criação de organismo gestor;
 - A recuperação dos muros que formavam o labirinto do salgado do Concelho;
 - A renovação e alargamento da rede de unidades de saúde e a criação de unidades de cuidados continuados de Saúde;
 - Encetar medidas, no âmbito das suas competências, para a criação de uma rede de creches e lares;

O mesmo deve ser defendido relativamente ao relacionamento com a região e seus municípios. Neste sentido, propomos:

- Relançar a cooperação entre os municípios, a começar pelos da região, assumindo as responsabilidades que cabem a Aveiro na dinamização das Associações de Municípios de que Aveiro faz parte – Carvoeiro, CIRA, com destaque para as seguintes áreas:
 - . A recuperação e defesa da Ria e das suas atividades tradicionais, para lá da execução e exploração do sistema integrado de recolha de efluentes;
 - a. A reorganização do atual sistema regional de transportes intermunicipais, no sentido do serviço público e sob controlo público, concluindo a sua privatização;
 - b. O recurso a novas fontes de abastecimento de água para satisfazer necessidades que se irão colocar a médio/longo prazo, na perspetiva de manutenção/recuperação do abastecimento de água dentro do serviço público;
 - c. Dinamizar projetos comuns nas áreas da cultura, do turismo, do desporto;
 - d. Em coordenação com os outros municípios envolvidos, defender os interesses de Aveiro e do poder local, nas sociedades concessionárias, respetivamente, da exploração dos sistemas multimunicipais de recolha e destino final dos efluentes da Ria e dos resíduos sólidos urbanos da região centro litoral;
 - e. Acompanhar o funcionamento da UTMB;
- III. Um novo plano de desenvolvimento socioeconómico
- Sendo certo que são escassos os instrumentos à disposição dos municípios para desenvolver estratégias consistentes de desenvolvimento económico, não é menos certo que cabe ao município apontar linhas de desenvolvimento com base na sua proximidade com os agentes locais. Num momento de profunda crise social e económica, é urgente repensar Aveiro no quadro de um novo paradigma de desenvolvimento que rompa com este modelo desastroso que só tem levado à ruína o nosso tecido produtivo. Aveiro possui um tecido industrial que importa valorizar. Possui outros ativos fundamentais, como a Ria de Aveiro, que estão longe de estarem corretamente aproveitados. Possui, ainda, um sector agro-pecuário carente de medidas de revitalização. Possui, finalmente, um centro de excelência em termos de conhecimento e formação que é a Universidade de Aveiro.
 - Neste sentido, a CDU propõe, desde já, a constituição de uma agência local de desenvolvimento que inclua os principais agentes de desenvolvimento da região (públicos e privados), que possa pensar e concretizar ações concretas de dinamização dos principais sectores de atividade, desde a indústria, turismo, comércio, agricultura e pescas. Por parte da Câmara, esta nova postura pró-activa que a CDU defende implica, também, colocar os instrumentos de política autárquica ao serviço do desenvolvimento. Ou seja, um melhor ordenamento visa concentrar atividades em zonas industriais devidamente equipadas, apostar na reabilitação visa promover a revitalização

dos centros, atraindo pessoas, atividades e empregos. Apostar na ria como recurso endógeno fundamental, implica a criação de postos de trabalho diretos que arrastem outras atividades como a pesca, o sal e o turismo.

- Com o recurso a instrumentos municipais - planeamento, política de solos, taxas e tarifas, feiras e exposições – é possível apoiar a fixação de empresas e a atividade das já existentes, incluindo sectores como o comércio tradicional, a agricultura ou o artesanato. Neste sentido, a dinamização dos mercados municipais parece-nos fundamental, sobretudo se for acompanhada de estratégias de concertação entre produtores e consumidores explorando conceitos como a agricultura local. Caberá ao município divulgar no exterior uma imagem positiva de Aveiro e das suas potencialidades, visando a captação turística e de investimentos, criando um serviço municipal para o investidor, que disponibilize, em espaço físico e *on-line*, toda a informação necessária para a instalação de produção e negócios no nosso Concelho.
- No quadro de qualquer estratégia, importa considerar a Universidade de Aveiro como parceiro fundamental no Concelho e na Região. Assim, será conveniente articular convenientemente os planos municipais com os planos de expansão da UA, de modo a que esta se integre de forma harmoniosa no todo concelhio, bem como desenvolver políticas de habitação, de transportes e outras que tenham em conta os fluxos de população, nomeadamente os diários, gerados pela UA. De forma mais geral, entendemos ser fundamental tirar partido dos saberes acumulados e desenvolvidos na UA para o desenvolvimento sustentado da região e articular a atividade cultural gerada no município com a promovida pela UA.

IV. Projetos Estruturantes

- É necessário dar atenção particular à elaboração e execução de todo um conjunto de projetos, a maioria dos quais incluídos no quadro da discussão do Plano Estratégico, tendo todo o cuidado necessário para que a sua implementação não signifique espalhar a restante atividade e investimento municipais.
- Garantir que os projetos, em particular os dos terrenos da antiga lota, respeitem os interesses naturais e paisagísticos e não sejam colocados à especulação imobiliária;
- Desenvolver todas as ações municipais necessárias e de intervenção junto do poder central, para melhorar a acessibilidade a Aveiro e dentro do Concelho, nomeadamente: o acesso sul à auto-estrada A1, o eixo estruturante municipal e os eixos transversais associados, bem como a valorização da Linha do Vouga;
- Defender a execução do projeto da Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe, desde que a situação financeira o permita, com respeito pelo ambiente e pelas atividades tradicionais;

5. Políticas Municipais

No quadro mais específicos das várias políticas municipais, e num quadro, ainda aberto a novas sugestões e contributos, a CDU coloca, ainda, um conjunto de propostas mais detalhadas.

I. Saneamento Básico

- Fiscalizar adequadamente as linhas de água e os canais da Ria no concelho, impedindo e penalizando as descargas ilegais que continuam a poluí-los;
- Acompanhar e fiscalizar o funcionamento das estações de tratamento de águas residuais, para que estas garantam padrões aceitáveis de tratamento;
- Estudar a possibilidade de anulação do contrato efetuado com a empresa Águas de Portugal, permitindo o regresso ao município das competências e património indevidamente alienados:
 - Enquanto o objetivo não for alcançado, controlar a qualidade da água exigindo a sua boa condição;
 - Anular as captações de água nos furos subterrâneos em aquíferos de difícil recuperação;
 - Combater as elevadíssimas taxas de saneamento e água, cobradas pela ADRA, propondo mecanismos que garantam uma maior justiça nos seus critérios.

II. Transportes Públicos

- Municipalização do transporte viário de passageiros;
- Promover o uso do transporte público e praticando tarifas que estejam de acordo com a sua função social e as possibilidades dos utentes;
- Desenvolver campanhas de promoção da utilização do transporte público;
- Valorizar e defender a gestão pública do transporte público;
- Organizar os horários, adequando-os às necessidades laborais, estudantis e de lazer da população;
- Estudar a viabilidade e necessidade do transporte noturno;
- Alargar o número de abrigos nas paragens de autocarro, dotando-os de mobiliário urbano moderno, confortável, resistente e de acordo com as necessidades dos utilizadores;
- Estudar a viabilidade de um sistema inter-municipal de transportes conjuntamente com a associação inter-municipal;
- Utilizar o transporte público como fator de coesão económica e social do Concelho;
- Iniciar um processo tendente à gratuitidade do transporte público municipal;
- Potenciar a Linha de Águeda, revendo a localização das paragens, incluindo o seu prolongamento no concelho e com novo material circulante;
-

III. Ambiente

- Criar um Conselho Municipal para as Questões do Ambiente, espaço de participação cívica, constituído por autarcas, representante dos interesses económicos e sociais, associações

de defesa do ambiente, escolas e o Departamento de Ambiente da UA.

- Desenvolvimento dos corredores verdes da cidade, aprofundando o conceito, no sentido de uma maior renaturalização dos espaços e ligações ecológicas efetivas aos logradouros e hortas urbanas;
- Sobre a Ria de Aveiro, é necessário atuar no sentido de reabilitar as atividades tradicionais, de grande utilidade na preservação do equilíbrio da laguna:
 - Encarar a Ria como um sistema com enormes potencialidades ao nível desportivo e turístico, estabelecendo políticas que não se resumam ao que não se pode fazer, mas indicando caminhos de desenvolvimento;
 - Apoiar a proteção e gestão das estruturas construídas (marinhas de sal) que, de alguma forma, se possam adaptar a novas produções sem prejuízo ambiental ou paisagístico;
 - Recorrer à investigação científica, apurando quais as atividades que constituem alternativa real ao sal, atendendo ao binómio desenvolvimento-ambiente;
 - Pugnar para o eficaz ordenamento do território envolvente da Ria;
 - Defender e valorizar o Centro Municipal de Interpretação Ambiental junto da população e do meio escolar;
- Promover uma intervenção urgente na recuperação da Pateira de Requeixo e defender outras zonas do Concelho, designadamente as Dunas de S. Jacinto, definindo áreas de paisagem protegida de interesse municipal, onde tal se justifique;
- Implementar e apoiar ações de sensibilização visando a redução, prevenção da produção e a separação dos resíduos logo na origem, para posterior reciclagem ou tratamento adequado. Os serviços municipais deverão usar produtos reciclados, passíveis de reciclagem e biodegradáveis, e deverá ser promovida a utilização de energias alternativas;
- Instalação de mais ecopontos, para além dos colocados pela empresa Veolia;
- Instalação mais frequente de pilhões e outros pontos de recolha similares;
- Acompanhamento municipal da ação desenvolvida, na sequência da seleção feita pelos municípios, garantindo a reciclagem;
- Reversão da concessão a privados da recolha do lixo;
- Criação, preservação, recuperação e valorização dos espaços verdes ligados, o mais possível, aos locais de vivência urbana;
- Proceder a um correto e eficaz controlo da qualidade do ar com divulgação de resultados;
- Promover, junto da UA e empresas do Concelho, a possibilidade de utilização de energias amigas do ambiente pelos serviços camarários;
- Elaboração de um estudo visando a produção, no seio da autarquia, de biodiesel a partir de óleos alimentares recuperados;
- Valorização e dinamização dos parques centrais da cidade com avaliação a potenciais melhorias nos vários parques;

- Levantamento dos logradouros onde seja possível a sua arborização e instalação de mobiliário urbano;
- Rearborização do Rossio com espécies autóctones em canteiros em consonância com o espelho de água e instalação de equipamentos e mobiliário urbano amovível para usufruto dos residentes e prática desportiva;
- Melhoria do espaço no canal de São Roque na ligação aos Passadiços de Esgueira (Rua do Sol); melhoria também na Rua de Santa Luzia que permita a circulação segura de peões e ciclistas na ligação aos Passadiços;
- Novo parque urbano tendo em conta a reabilitação da envolvente da Marinha da Noeirinha, respeitando e protegendo a biodiversidade da zona ao longo da Av. Dr. David Cristo, enquadrando a sua extensão até ao Clube dos Galitos (remo) – Cais da Vera Cruz e Cais do Sal.

IV. Higiene e saúde públicas

- Intervir no sentido de serem respeitados e condignamente atendidos todos os munícipes, enquanto utentes dos Serviços de Saúde;
- Pugnar pela diminuição das listas de espera e das filas para marcação de consultas. Garantir que nenhum utente fique sem médico de família;
- Intervir para a recuperação das diversas Unidades de Saúde no Concelho;
- Mantendo a exigência de um novo Hospital, pugnar para que o Hospital Infante D. Pedro recupere prestígio, continuando o esforço de melhoria do seu funcionamento, maior diferenciação de cuidados prestados e a melhoria das condições de atendimento;
- Rever os turnos de serviço das farmácias do Concelho, procurando garantir que funcionem, em simultâneo, uma central e outra periférica;

V. Transportes e Rede Viária

- Elaboração de um Plano Municipal de Transportes, integrando todas as questões desta área, respondendo ao desenvolvimento urbanístico, envolvendo agentes transportadores (Transportadores Privados, CP) e Juntas de Freguesia;
- Minorar o isolamento de São Jacinto através de transporte fluvial regular, cómodo e seguro, com preços bonificados para os residentes;
- Garantir a reposição da “linha 13” que ligava diretamente o Forte da Barra ao Concelho de Aveiro
- Intervir, junto da CP, no sentido de recuperar e valorizar a linha do Vouga, como percurso interurbano e de interesse turístico, procurando parcerias para que as suas estações sejam requalificadas como espaços de centralidade e lazer;
- Intervir, exigindo, ao Governo, o retorno das auto-estradas SCUT com a eliminação das portagens.
- Exigir a conclusão da via rápida de ligação sul à auto-estrada A1.

- Intervir na reparação e conservação das estradas municipais e caminhos vicinais degradados;
- Contrariar o alargamento indiscriminado do estacionamento pago (diminuindo as exigências a este nível nas áreas de maior comércio/serviços na cidade);
- Criar condições (de circulação, segurança rodoviária e estacionamento) que estimulem a utilização da bicicleta e outros meios suaves como veículos alternativos e de lazer;
- Proceder à avaliação dos custos e resultados do Projeto "BUGA", informando a população e efetuando os ajustamentos que se justifiquem para garantir o seu sucesso e expansão;
- Promover a utilização do transporte público com a criação de estacionamento gratuito na periferia;
- Garantir a construção do eixo rodoviário Aveiro-Águeda e que o mesmo não tenha o sistema de portagens virtuais;
- Estudar as potencialidades turísticas da ligação marítima a São Jacinto e o seu ajuste aos interesses da população de São Jacinto;
- Municipalizar o serviço público de transportes rodoviários e terminar com a concessão efetuada;
- Remoção dos atuais pilaretes e substituição dos mesmos – onde se justifique – por uma alternativa mais suave e segura para o peão, garantindo sempre a segregação das vias e a segurança de peões e ciclistas;
- Revisão, melhoria e extensão da atual estrutura de ciclovia com recurso, sempre que possível de vias dedicadas e fisicamente segregadas;
- Melhoria da margem esquerda da Ria entre as rotundas da Ponte Praça e da rotunda da Rua do Alavário;
- Pedonalização das vias com elevada concentração de residentes/turistas e pontos de comércio local;
- Remodelação e alargamento dos passeios em zonas de manifesta degradação/insuficiência;
- Criação de novas zonas 30 e colocação de lombas suaves para redução da velocidade em zonas críticas;
- Por uma gestão do estacionamento mais eficiente: recurso ao estacionamento subterrâneo já existente (renegociação com empresas privadas) com tendência à sua gratuidade e dada preferência/exclusividade de pisos a residentes;
- Revisão da divisão da organização do estacionamento para moradores possuidores do cartão de residente, com a adequação da mesma tarifa no acesso aos parques subterrâneos;
- Melhoria das paragens de autocarro (e serviço), particularmente a da Estação da CP que é crítica e manifestamente insuficiente para a procura que tem pelos estudantes;

VI. Habitação

- Apoiar as cooperativas de habitação existentes no Concelho e estimular a criação de novas;
- Criar um gabinete de apoio para a criação e formalização de cooperativas de habitação;

- Aumento do imposto (IMI) sobre imóveis devolutos em zonas de declarada carência e pressão habitacionais;
- Selecionar alguns terrenos municipais, com infra-estruturas, para cedência, a baixo preço, destinada à construção evolutiva e autoconstrução.
- Apoio (com projeto e materiais a preços bonificados) às famílias mais carenciadas;
- Proatividade no exercício do direito de preferência nas Áreas de Reabilitação Urbanas (ARU) críticas para construção de habitação pública e ou/preços controlados, assegurando prática semelhante para áreas de potencial extensão urbana;
- Garantia de 20% de fogos em empreendimentos habitacionais concluídos para habitação em regime de custos controlados para habitação municipal, dando incentivos extra aos construtores;
- Revisão imediata do Regulamento Municipal das Habitações Sociais Propriedade do Município de Aveiro (regulamento nº 475/2017);
- Reversão do Plano de Pormenor do Cais do Paraíso;
- Execução de um levantamento exaustivo de todas as carências habitacionais quantitativas e qualitativas;
- Promoção da densidade habitacional através de quarteirões delimitados, com a aprovação dos licenciamentos para novos empreendimentos estar pendente da reserva dos pisos térreos para acolhimento de espaços para funções de serviços de primeira necessidade e/ou comerciais e/ou sociais/culturais;
- Promover a construção de habitação para venda não especulativa e para arrendamento, mediante a celebração de Contratos para o Desenvolvimento de Habitação, com entidades privadas;
- Incluir, no planeamento municipal, de áreas destinadas à construção de habitação social, nomeadamente nas freguesias rurais, tanto quanto possível integradas com outras tipologias, evitando a criação de bairros de exclusão;
- Afetar, pelo menos, 5% do investimento municipal à promoção de habitação;
- Criação de programas de habitação para jovens, nomeadamente nos centros urbanos e zonas históricas, no quadro das políticas de reabilitação urbana referidas anteriormente;
- Recurso a todos os mecanismos legais e programas existentes no sentido de evitar a degradação do parque urbano existente e reabilitar habitação tradicional, na cidade e nas freguesias.
- Sempre que possível, preencher os perímetros do edificado com estruturas verdes (vegetação), incluindo os telhados.

VII. Ação social

- No que concerne a medidas de ação social, existem algumas limitações na capacidade de atuação dos municípios, porque muitas das competências nesta área pertencem aos órgãos desconcentrados do poder central, nomeadamente da Segurança Social e do terceiro setor. Não obstante, os órgãos autárquicos podem ter um papel importante, não só no desenvolvimento de medidas que estejam ao seu alcance, mas também em questões

como a tradução local das medidas preconizadas pelo poder central, na articulação entre as diferentes entidades ativas no terreno, ou na dinamização e consciencialização das forças vivas do município e da população em geral. Os municípios podem ainda promover a articulação com municípios vizinhos para partilhar recursos e concertar estratégias de intervenção. Deste modo, as principais propostas da CDU neste campo, são:

- Estruturar os serviços municipais de forma a garantir uma resposta autónoma do município aos problemas desta área, complementando a intervenção da comunidade e de outras entidades;
- Atualizar o Diagnóstico Social do Concelho e ajustar o Plano de Desenvolvimento Social à agudização de alguns problemas sociais em consequência da crise económica e social;
- Promover uma estreita e eficaz ligação com os diversos agentes sociais ativos da Rede Social;
- Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos a nível do concelho;
- Garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais, no Concelho e nas Freguesias, nomeadamente através da dinamização das comissões sociais de freguesia;
- Contribuir para a articulação de esforços e de serviços entre a Administração Pública e as entidades públicas e privadas, promovendo a convergência de respostas. Neste sentido propomo-nos trabalhar para:
 - Apoiar os Centros de Infância existentes;
 - Promover o alargamento da rede de Centros de Dia e de Convívio para a terceira idade e a sua adaptação para lidar com os crescentes casos de demência;
 - Criar e/ou apoiar a criação de Centros de Atividades Ocupacionais, vocacionados para os segmentos de população que, pelas suas dificuldades, não têm acesso a um regime de emprego;
 - Criar respostas diversificadas e adequadas em Centros de Apoio para jovens em idade escolar, com atividades e instalações polivalentes;
 - Melhor adaptação das unidades residenciais de carácter temporário e/ou definitivo ao perfil dos sem-abrigo da cidade;
 - Desenvolvimento de soluções alternativas de apoio às famílias em situações de carência económica (apoio domiciliário, acolhimento familiar);
- Programas de efetiva integração social e cultural dos imigrantes, com respeito pela sua identidade;
- Continuar e melhorar a qualidade das ações já iniciadas no âmbito da luta contra a pobreza, através de equipas multidisciplinares;
- Aumentar a participação ativa dos eleitos no que toca aos problemas sociais;
- Defender a criação de uma unidade para internamento de retaguarda dos doentes que, não podendo ficar no Hospital, são

enviados para casa, muitas vezes sem que ali tenham condições adequadas;

VIII. Educação e ensino

- Intervir nos órgãos municipais para que estes assumam as suas responsabilidades acompanhando o desenvolvimento de ações educativas na perspetiva da igualdade de oportunidades de acesso e do sucesso escolar;
- Rejeitar todas as medidas que visem o encerramento de escolas no Concelho, designadamente a escola secundária Homem Cristo e a EB23 João Afonso, no quadro da contraproposta da CMA de criação dos Mega agrupamentos.
- Estabelecer o diálogo com as estruturas representativas dos profissionais do ensino, com as Associações de Estudantes, com os Órgãos de Gestão das Escolas/Agrupamentos, com as Associações de Pais;
- Colocar em efetivo funcionamento o Conselho Local de Educação do Município de Aveiro;
- Garantir a manutenção do parque escolar existente, no sentido de assegurar o bom funcionamento da vida escolar e de garantir respostas adequadas, e de qualidade, às necessidades sociais das famílias, nomeadamente, garantindo, nos Jardins-de-infância da rede pública e Escolas do 1º CEB, o funcionamento de refeitórios;
- Dotar o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário dos meios necessários ao seu bom funcionamento – melhoria de instalações, maior abrangência de espaços disponíveis, aumento do pessoal auxiliar;
- Dialogar e cooperar com os estabelecimentos de Ensino Superior do Concelho;
- Dialogar e cooperar com o Conservatório de Música Calouste Gulbenkian;
- Apoiar as iniciativas que abram as escolas à comunidade, bem como as iniciativas culturais das Escolas, das Associações de Pais e Encarregados e Educação, e das Associações de Estudantes;
- Reverter a transferência de competências da administração central para as autarquias em matéria de educação e ensino, mas não podemos deixar que, durante a sua vigência, a execução das mesmas não venha a concorrer para formação das crianças e jovens.

IX. Cultura e desporto

- A CDU defende a promoção de encontros entre os agentes desportivos e culturais concelhios visando a elaboração de carta desportiva e:
 - Proceder ao levantamento dos problemas e necessidades existentes, quer ao nível dos agentes quer das estruturas de apoio;
 - Inventariar os projetos sectoriais para que seja possível programar uma ação global e integrada das ações culturais e desportivas;

- Eleger estruturas permanentes de coordenação e consulta para as áreas da cultura e do desporto, que procedam ao levantamento dos planos anuais de atividades (visando o apoio da autarquia) e o levantamento das atividades mensais (para a elaboração da Agenda Cultural e Desportiva);
- Conceder às Associações a possibilidade de se servirem de animadores culturais e desportivos municipais no sentido de apoiarem o desenvolvimento dos seus projetos;
- Assumir e concretizar os compromissos assumidos com as coletividades e associações;
- Resolver as necessidades existentes nas infraestruturas já existentes no Concelho;
- Criação de espaços públicos de natureza desportiva formal e informal;
- Construção, em locais centrais e de fácil acesso, de espaços de lazer infantil;
- Relativamente à cultura, defendemos:
 - Abrir o espaço e programação do Teatro Aveirense aos agentes culturais concelhios, no sentido de colocar este equipamento ao serviço da produção cultural do Concelho, articulando esta abertura com a programação geral;
 - Recuperação dos espaços físicos utilizados por diversas coletividades do Concelho;
 - Realizar novas ações que estimulem a criatividade dos artistas da região e o surgimento de novos valores (exposições prémios, concertos, e encomendas);
 - Promover a articulação entre grupos e associações;
 - Promover e apoiar os grupos de cidadãos automobilizados para as questões da Cultura;
 - Regularizar as situações de incumprimento dos apoios financeiros da Autarquia com as diversas instituições culturais;
 - Promover autonomamente e/ou apoiar eventos culturais com a participação de artistas consagrados, acompanhados por ações destinadas aos jovens de Aveiro;
 - Disponibilizar os espaços camarários para agentes culturais e respetivas iniciativas;
 - Acompanhar e apoiar as obras e outros encargos atualmente em curso em várias instituições culturais;
 - Definição de programas estratégicos que promovam a defesa e valorização dos patrimónios arqueológico, azulejar, arquivístico e industrial da cidade;
 - Desenvolvimento de um trabalho conjunto com as livrarias independentes, reconhecendo e potenciando o seu papel numa política cultural para a cidade;
 - Alargamento da rede de equipamentos culturais municipais, seja com a criação de equipamentos de raiz, em zonas da cidade onde não existam, seja adaptando

- equipamentos polivalentes, como pavilhões e/ou auditórios escolares;
- Criação de ateliers municipais coletivos, para artistas e profissionais de artes e ofícios, com espaços de apresentação, a instalar em edifícios ou complexos municipais ou públicos;
 - Disponibilizar equipamentos da rede municipal, nomeadamente o Teatro Aveirense, a Associações, coletividades e outras organizações;
 - Criar regulamento municipal para os Artistas de Rua;
 - Promover uma ligação ao DECA (UA) e ao Conservatório de Música Calouste Gulbenkian;
- Relativamente ao desporto, defendemos:
 - Promover a recuperação de estruturas desportivas já existentes que se encontrem degradadas e subaproveitadas;
 - Proceder à regularização dos protocolos/acordos/contractos entre a autarquia e instituições desportivas;
 - Construir complexo de piscinas municipal;
 - Regularizar as situações de incumprimento dos apoios financeiros da Autarquia com as diversas instituições desportivas;
 - Apoiar o desporto escolar, nomeadamente com o estabelecimento de protocolos, entre a autarquia e clubes, que estabeleçam claramente o acesso da população escolar aos equipamentos construídos com o apoio da autarquia;
 - Promover e apoiar mais eventos desportivos, tão diversificados quanto o permitam as nossas estruturas desportivas e condições naturais;
 - Apoiar projetos de recuperação do património desportivo já existente no Concelho de Aveiro;
 - Promover a multidisciplinidade desportiva no Concelho de Aveiro;
 - Criar um espaço municipal para a construção de um parque de desportos radicais, cujas características correspondam às expectativas e propostas dos praticantes dessas atividades;
 - Valorizar o CAR-Surf de São Jacinto e contribuir para a sua rentabilização ao serviço do Concelho e da sua população;
 - Promover e valorizar o Desporto como forma de integração social, elemento de combate à degradação física e social;
 - Construir, um Pavilhão Municipal / Multiusos ao nível do que uma capital de distrito merece. Um pavilhão que possa albergar três mil pessoas (no mínimo) e que possa receber grandes competições desportivas de várias modalidades, mas igualmente concertos e outros espetáculos culturais.

- Construir o necessário terceiro campo de relva sintética do Complexo Desportivo da Associação Desportiva de Taboeira, fundamental para o clube aveirense poder ter as condições necessárias para continuar a realizar o trabalho de excelência em prol do futebol de formação.
- Colocar coberturas nas bancadas dos Campos 1 e 2 do Complexo de Campos de Treino do Beira-Mar, fundamentais para um maior conforto dos pais dos atletas que ali assistem aos treinos dos seus filhos e do público em geral;
- Retomar o diálogo com as várias instituições desportivas do Concelho;
- Dotar a Associação Desportiva de Requeixo de um campo relvado;
- construir o referido complexo de Piscinas municipais na área do Parque Desportivo, com piscina olímpica que possa receber grandes competições, uma piscina de 25 metros e um tanque de aprendizagem;
- Retomar e concretizar a Pista de remo do Rio Novo do Príncipe;
- Realizar a manutenção do Estádio Municipal;

X. Património e Memória Local

- Inventariar e promover a classificação do Património de Interesse Municipal;
- Ter atenção aos imóveis que, mesmo sem especial valor arquitetónico, estejam ligados à vida ou obra de personagens ilustres, promovendo a sua conservação;
- Criação de uma escola de artesanato, preservando a expressão artística e cultura populares;
- Elaborar e implementar um Programa Museológico Municipal, complementando os núcleos já existentes com outros que reflitam dimensões fundamentais da história da cidade, entre elas, a relação com o património industrial e o trabalho, os valores democráticos e a liberdade, e assegurando os requisitos necessários ao seu reconhecimento pela Rede Portuguesa de Museus e Rede Europeia;
- Criar um Arquivo Histórico e Fotográfico da Cidade;
- Criar uma rede de espaços de interpretação histórica e ambiental – uma "Rede da Memória" – através da colocação de espaços informativos em diferentes locais da cidade com interesse patrimonial, histórico, industrial, ambiental, com o objetivo da criação de uma memória coletiva comum que reforce a ligação dos cidadãos à cidade e Concelho;
- Criar uma rede pedonal – "Caminhos de Aveiro" – que ligue os diferentes locais de interesse do concelho, com percursos definidos em função da tipologia dos utentes idosos, crianças, jovens e desportistas e articulando a caminhada com exercício físico específico e áreas de descanso e recreio, ao longo de todo o percurso;

- Retomar as campanhas de levantamento e defesa do património histórico e cultural de Aveiro, em colaboração estreita com Escolas e Coletividades;
- Valorizar e potenciar a rede de Armazéns de Sal, com um programa de reconstrução, requalificação e reutilização educativa, cultural e lúdica, integrando-os na vivência dos bairros, nomeadamente da Beira-Mar e da cidade;

XI. Proteção civil e segurança dos cidadãos

- Valorização e redimensionamento dos Serviços Municipais de Proteção Civil, articulados com as estruturas concelhias e regionais, contribuindo também para que as corporações de bombeiros estejam devidamente equipadas para todos os tipos de riscos possíveis de prever;
- Elaboração participada de um Plano Municipal de Emergência, que seja a principal referência das ações a desenvolver na prevenção e na resposta a acidentes e catástrofes naturais;
- Sem transigir na defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e com a certeza de que apenas um novo quadro política e socialmente mais justo pode contribuir para a eliminação de fenómenos de marginalidade, exigir firmeza no combate ao tráfico de droga, à violência, aos crimes contra os cidadãos, contra a economia e contra o ambiente;
- Garantir o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança;
-

XII. Juventude

- Além de outras propostas, também destinadas à juventude, que percorrem este Programa, propomos:
 - A reformulação da composição e funcionamento do Conselho Consultivo da Juventude, órgão que deve servir para dar voz à juventude, apoiando a criatividade, a manifestação de opinião, os gostos e formas de estar próprias dos jovens, formulando propostas de ações e iniciativas, de e para a juventude;
 - Organização do transporte público por forma a servir as necessidades da juventude;
 - Construção e dinamização de espaços nas freguesias onde os jovens possam conviver, concretizar iniciativas e desenvolver a criatividade, como sejam Casas da Juventude e Centros Juvenis;
 - Reformulação da semana da Juventude, conferindo-lhe uma utilidade prática no interesse dos jovens aveirenses;
 - Incremento de uma política cultural que promova a participação e criação dos jovens;
 - Incentivar e apoiar o associativismo juvenil e estudantil;
 - Criar espaços predominantemente dirigidos aos jovens, dotados de valências e pontos de interesse diversos, apoiados em programas de animação e ocupação que promovam o convívio, lazer, debate e a participação e a fruição cultural;

- Promover o contacto com a realidade do Concelho, através de estágios curriculares e profissionais e atividades e projetos da autarquia;
- Apoiar a aquisição e aluguer de habitação por parte dos jovens, nomeadamente, nos edifícios mais antigos da cidade e nos fogos devolutos;
- Criação de Bolsa de Habitação Jovem destinada a Jovens do Concelho, proporcionando apoio ao arrendamento e compra de imóveis no Concelho, a custos controlados;
- Criação de Bolsa de Emprego Jovem e de incentivos à constituição de empresas destinados a Jovens do Concelho, proporcionando, também, o acesso a vagas de emprego ou estágios nas estruturas autárquicas e no tecido empresarial do Concelho;

XIII. Turismo

- Promoção e valorização do turismo. Aproveitamento das enormes potencialidades turísticas da área urbana, da Pateira de Requeixo, da costa Atlântica e da Ria de Aveiro;
- Elaboração de um plano de ordenamento turístico, definindo a estratégia de desenvolvimento a partir dos recursos e produtos turísticos, conjugando intenções e investimentos públicos e privados;
- Sinalização adequada dos principais pontos e ofertas turísticas;
- Abrir a Capela de São Gonçalinho;
- Requalificar e rentabilizar o Centro de Interpretação Ambiental;
- Restaurar e reabrir de imediato o Parque de Campismo Municipal de Aveiro em São Jacinto;
- Dinamização do turismo em S. Jacinto em estreita colaboração com a manutenção e desenvolvimento da zona de Reserva, valorizando a qualidade ambiental e paisagística, e colocação de um posto de turismo junto ao porto de abrigo;
- Disciplinar e organizar os percursos marítimos de natureza turística no Canal central;
- Criar percursos marítimos de natureza turística entre concelhos/munícios em toda a “Ria de Aveiro”, dando a conhecer toda a historia marítima da Região;
- Criar e promover a marca Aveiro, em apoio com outras instituições do sector e municípios da região;
- Compatibilizar e harmonizar o desenvolvimento turístico do Concelho e do Centro da Cidade com o dia-a-dia da população;
- Proibir a descaracterização dos moliceiros e do seu património identitário;

Conclusão

O Programa Eleitoral que ora se apresenta é reflexo de décadas de estudo e intervenção de muitos militantes, democratas e outros aveirenses que encontram na CDU um espaço para intervenção política e cívica,

profundamente democrático e comprometido apenas com os interesses do povo e dos trabalhadores do Concelho de Aveiro

Sendo um programa sempre aberto a novas sugestões, contributos e críticas, este é, também, e pelas razões apontadas, um programa, com memória, que transporta consigo um percurso de intervenção política que importa relevar.

Foram de facto décadas de políticas erradas que levaram o país e o Concelho de Aveiro à atual situação, responsabilizando assim PS, PSD e CDS pelo desastre.

A CDU propõe-se fazer a diferença nestas eleições. Com o seu percurso de coerência e com o seu projeto, a CDU está pronta a assumir todas as responsabilidades que a população de Aveiro entender atribuir aos seus candidatos aos vários órgãos municipais: Câmara, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia.

Aveiro precisa, urgentemente, de mudar de rumo com novas políticas e uma nova forma de exercer o poder autárquico. A CDU afirma-se portadora desta mudança e desta esperança, como a consistente alternativa de esquerda para o Município. Esperamos poder contar com o apoio dos aveirenses.

Aveiro, agosto de 2025